



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO
GABRIEL/RS**

Acadêmica

Anna Karolline Rezende dos Santos

**CURSO DE
GESTÃO AMBIENTAL**

ANNA KAROLLINE REZENDE DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO
GABRIEL/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Gestão Ambiental, da Universidade
Federal do Pampa (UNIPAMPA, SG),
como requisito parcial para obtenção
do grau de Gestor(a) Ambiental

Orientador: Prof.Dr. Jefferson M. da
Rocha

São Gabriel, RS, março de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO GABRIEL
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**

**A Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico nas Escolas de
Educação Infantil no Município de São Gabriel/RS**

Trabalho de Conclusão de curso
Apresentado a Universidade
Federal do Pampa como requisito
parcial na obtenção do título de
graduação em Gestão Ambiental

Área de concentração: Educação Ambiental

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jefferson M. da Rocha

Orientador

Unipampa

Prof^a. Ms. Beatriz Stoll Moraes

Unipampa

Prof. Dr. Rafael Cabral Cruz

Unipampa

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade avaliar de que forma é realizada a construção do projeto político-pedagógico das EMEIs na cidade de São Gabriel, bem como a forma de vivência da proposta de Educação Ambiental no momento de sua elaboração. A necessidade de adoção de práticas relativas à Educação Ambiental foi percebida através do acompanhamento da rotina destas escolas, bem como informações obtidas com os professores e funcionários durante o Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Gestão ambiental ocorrido no período de Novembro de 2013 a Janeiro de 2014, que se realizou em duas das nove EMEI's do município. A inserção da Educação Ambiental na construção dos Projetos Político Pedagógicos das EMEI's é uma articulação possível, desde que se tenha um trabalho coletivo onde haja o comprometimento de todos os envolvidos para que suas ações sejam elaboradas e posteriormente executadas. Este processo visa uma reforma onde em algum momento ocorra a Educação Ambiental, e que ela passe a ser vista como um processo de interação entre todos os envolvidos sendo eles próprios autores de suas propostas. Considerando que o Projeto Político Pedagógico deve se tornar a própria identidade da escola.

PALAVRAS CHAVE: Educação Ambiental; Projeto Político Pedagógico; Escolas Municipais de Educação Infantil.

RESUMEM

Este trabajo pretende evaluar cómo se realiza la construcción del Proyecto Político Pedagógico de EMEIs de la ciudad de San Gabriel así como la forma de las experiencias del proyecto de Educación Ambiental en el momento de la preparación. La necesidad de adoptar prácticas relacionadas con la Educación Ambiental se percibe a través de la vigilancia rutinaria de estas escuelas, así como la información obtenida de la facultad y el personal durante el Internado Obligatorio de Curso de Gestión Ambiental ocurrió en el periodo noviembre 2013-enero 2014 que tuvo lugar en dos de las nueve de EMEIs de municipio. La inclusión de la educación ambiental en la construcción del proyecto político pedagógico de EMEIs es una posible conexión, siempre y cuando sea una obra colectiva donde hay un compromiso por parte de todos los involucrados de que sus acciones estar preparados y luego ejecutados. Este proceso tiene como objetivo una reforma que se produce en algún momento la Educación Ambiental y pasa a ser vista como un proceso de interacción entre todos los involucrados son ellos mismos los autores de sus propuestas. Considerando que el Proyecto Político Pedagógico se convertirá en la identidad de la escuela.

PALABRAS CLAVE: Educación Ambiental, Proyecto Político Pedagógico, la Educación de la Primera Infancia Escuelas Municipales.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organização dos projetos político-pedagógicos das sete EMEI's do município de São Gabriel/RS.....	255
--	-----

LISTA DE SIGLAS

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PPP - Projeto Politico-Pedagógico

SEME - Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
3 METODOLOGIA	12
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
4.1 Abordagem Histórica das Questões Ambientais.....	13
4.2 Educação Ambiental	16
4.3 A educação Ambiental e a Legislação Brasileira	18
4.4 Tendências da Educação Ambiental	21
4.5 Gestão Organizacional	22
4.6 A Educação Infantil no Brasil.....	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a inserção de ferramentas de Gestão Ambiental passou a ser fundamental não só no setor industrial, mas em todas as organizações dos mais diversos setores. No setor educacional estas ferramentas exigem contextos teóricos mais complexos, pois envolvem não só aspectos técnicos como também auxiliam na formação de agentes responsáveis pelos aspectos ambientais. Neste sentido a Educação Ambiental é uma política que precisa ser efetivamente incorporada na cultura organizacional de todos os educandários.

Porém, a adoção de SGA's (Sistemas de Gestão Ambiental) em nichos de setores específicos, como instituições de ensino, não são adotados com a mesma frequência que no setor industrial (FERES e ANTUNES, 2007).

Desta forma, sendo as instituições de ensino organizações com imensa responsabilidade no que dizem respeito à formação de novos sujeitos sociais é responsabilidade também dela que tenha uma preocupação com ações relacionadas ao cuidado do meio ambiente onde está inserida, desde a economia de consumo e custos dos recursos como, água, energia elétrica e materiais até a destinação adequada de resíduos sólidos e orgânicos.

No entanto, observa-se que as adoções de práticas ambientais em instituições de ensino ainda são deficientes, sendo ainda pouco estruturadas utilizando a Gestão Ambiental somente em projetos pontuais.

Atualmente, considera-se que projetos de Educação Ambiental não devem ser apenas, como nas décadas de 1970 e 1980, ligados apenas à preservação ecológica dos aspectos da biodiversidade ou de problemas ambientais mundiais, mas sim a aspectos ligados ao dia a dia das comunidades onde estes locais de ensino estão inseridos (ROCHA, 2011).

Apesar de apontarem algum potencial de geração de impacto ambiental as instituições de ensino, apresentam suas estruturas físicas e seus recursos

humanos e, principalmente, financeiros bem restritos, dificultando ações mais integradas e abrangentes, reforçando a necessidade de métodos mais eficientes e adequados a essas instituições.

Considerando-se as escolas como espaços privilegiados para implementação de atividades que enfatizem a conscientização da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, notou-se a necessidade de se elaborarem ações que evidenciem a compreensão e estabeleçam uma relação harmoniosa com a natureza, desenvolvendo, toda a comunidade escolar, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas a preservação do meio ambiente, onde a atuação de um gestor ambiental se faz necessária para que haja uma transformação nas organizações de ensino, tanto em processos técnicos, como nos de níveis metodológicos, dando apoio na capacitação de professores nos processos de ensino e de aprendizagem e atuando nas mediações sociais a fim de promover ações que posteriormente possam ser implementadas (DIAS, 1992).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é contribuir na reconstrução dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) do município de São Gabriel, a partir da proposição de discussão de temas relativos a questão ambiental a fim de proporcionar um ambiente que a toda comunidade escolar possa discutir novos valores a respeito da necessidade e a importância de se adotar práticas relativas a Educação Ambiental. A proposta é oferecer meios eficazes para que cada aluno e professor compreendam além dos fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências com uma visão holística do meio ambiente, inserindo a Educação Ambiental como parte fundamental dos PPP's.

2.2 Objetivos Específicos

Reconstrução do projeto político-pedagógico com o objetivo de Introduzir a Educação Ambiental no plano de trabalho dos professores das EMEI's;

Capacitar professores e monitores para que possam disseminar a Educação Ambiental no ambiente escolar, por meio de encontros com palestras ministradas por profissionais da área ambiental com o intuito de tornar professores e alunos multiplicadores da informação para a comunidade;

Difundir a importância da adoção de práticas como a coleta seletiva para professores, monitores e funcionários das escolas, ressaltando a existência dos problemas ocasionados pelo descarte incorreto de resíduos, através de palestras informativas com um representante membro da cooperativa de catadores do município;

Propor a adequação das EMEI's a política nacional de resíduos sólidos;
Analisar projeto das EMEI's como centros coletores de resíduos sólidos.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho se constituiu de análises dos PPP's das EMEI's que estão depositados nos arquivos da SEME (Secretaria Municipal de Educação), procurando identificar se nestes documentos existia alguma referência sobre Educação Ambiental (EA). Também foram utilizados das observações realizadas durante o estágio curricular obrigatório do curso de Bacharelado em Gestão ambiental, para verificar como o tema EA era tratado no dia a dia das duas EMEI's onde foram realizados com mais frequência as atividades deste estágio.

A partir desta análises, foram propostas algumas sugestões para que nas reformas dos PPP's, previstas para os próximos meses, as ações referentes à EA possam estar explicitadas nestes documentos, mas não apenas com um caráter burocrático e teórico, mas sim que os professores, alunos, pais, funcionários e todos os envolvidos com a educação nas EMEI's possam efetivamente considerar que a problemática ambiental deve estar enlaçada na própria concepção de educação.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste tópico serão abordados alguns temas considerados importantes para discussão da problemática vivenciada durante a realização do trabalho, e que deverão ser tratadas nas abordagens a serem sugeridas na construção dos PPP's das EMEI's.

4.1 Abordagem Histórica das Questões Ambientais

O desenvolvimento econômico no país é gerado através de práticas como intensa industrialização, produção e consumo desmedido, urbanização e modernização agrícola. Como consequência, aceleram os processos que condicionam os desastres naturais, que passam a ter uma maior atenção a partir da década de 1950, motivada pela queda na qualidade de vida em alguns países. O tema “poluição” passou a ser discutido em diversos eventos tanto no âmbito nacional como no internacional, além do surgimento de inúmeras entidades sem fins lucrativos, assim como agências governamentais voltadas para a proteção ambiental (NASCIMENTO et. al., 2008).

A década de 1960 foi marcada pela crescente preocupação com o impacto das atividades antrópica sobre o meio ambiente, despertando o interesse de cientistas do Clube de Roma sobre o crescimento econômico baseado na exploração de recursos naturais não renováveis. Em 1972, o relatório *Limits to Growth* (Limites ao Crescimento) destacou que o consumo exagerado e a utilização de recursos naturais não renováveis acarretariam em poucas décadas o esgotamento desses recursos. Em suas conclusões, o relatório sugeriu para o planeta um “crescimento zero” e administração dos recursos finitos de modo a prolongar sua existência, causando grande reação do público internacional, pelo fato de que principalmente os países em desenvolvimento teriam que frear sua produção, impedidos de atingir o grau de desenvolvimento dos países ditos desenvolvidos, usando o argumento de que os

países que mais colaboraram para a crise ambiental eram os desenvolvidos. A proposta de um “congelamento” por tanto beneficiaria os ricos, pois a economia estaria estagnada, mantendo os países na mesma situação em que antes se encontravam.

Esse documento despertou a consciência ecológica mundial e o reflexo disso foi a I Conferencia Mundial sobre o Meio Ambiente, ocorrida em 1972 organizada pela ONU, que ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo por ter sido realizada na capital da Suécia (NASCIMENTO et. al., 2008).

A década de 1970 ficou conhecida como a época do “comando-controle”, pois nela aconteceram regulamentações e o controle ambiental, quando os países iniciaram os processos de estruturação de seus órgãos ambientais e estabeleceram suas legislações, onde a poluição passou a ser crime em diversos países. Nessa mesma década, também passaram a ser discutidas fontes de energia renováveis, unindo os dois temas que estariam em evidencia no momento: meio ambiente e conservação de energia. Surgindo então, os primeiros esboços sobre desenvolvimento sustentável.

Na década de 1980 surgiram organizações especializadas na elaboração de estudos e de relatórios de impactos ambientais tendo como enfoque principal o tratamento de resíduos finais do processo de produção, pois passaram a vigorar várias legislações específicas que tinham como objetivo o controle de futuras instalações industriais (NASCIMENTO et. al., 2008).

Na mesma década a proteção ambiental passou a ser vista como uma necessidade para os gestores das empresas, pois elas também traziam benefícios como, por exemplo, a redução de desperdício de matérias-primas e melhoramento da imagem da organização, deixando, então, de ser vista como medida defensiva necessária para que se fizesse o cumprimento da legislação.

No final da década de 1980 foi publicado o Relatório Brundtland também chamado de Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que auxiliou decisivamente para difundir mundialmente o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1989 na Suíça, foram estabelecidas regras por meio de um convenio internacional, que bane qualquer envio de resíduos para países que não disponham de capacidade técnica, legal e administrativa para recebê-los (NASCIMENTO et. al., 2008).

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que resultou em importantes documentos, destacando-se a Carta da Terra e a Agenda 21.

Em dezembro de 1997, foi anunciado um tratado internacional negociado na Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas, conhecido como Protocolo de Kyoto, que teve como objetivo entre os anos de 2008 e 2012, reduzir os gases responsáveis pelo efeito estufa em aproximadamente 5,2% em relação ao total da década de 1980.

Em geral nos anos 1990, a otimização de toda a cadeia produtiva para a redução do impacto ambiental ganhou destaque, aumentando os esforços de prevenção e a expansão de tecnologias mais limpas. Na mesma década difundiu-se o conceito de *ecodesign*, que tem como objetivo uma produção mais sustentável (NASCIMENTO et. al., 2008).

Ainda em 1990, entraram em vigor as normas britânicas BS 7750-*Specification for Environmental Management Systems* (Especificação para Sistemas de Gestão Ambiental), como por exemplo, a série ISSO 14000 e normas de gestão da qualidade (séries ISSO 9000) usadas mundialmente, consideradas um grande avanço para o desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente.

A Cúpula Rio + 10 ocorrida na África do Sul no ano de 2002 tinha como finalidade avaliar os resultados obtidos uma década depois da Conferencia Rio 92. Os resultados apontaram que a questão ambiental ultrapassou os limites das ações isoladas e locais, convergindo para uma abordagem mais ampla e lógica do tema ambiental (NASCIMENTO et. al., 2008).

No ano de 2012 aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que teve como principal objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por

meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes (BRASIL, 2012).

4.2 Educação Ambiental

O conceito de Educação Ambiental (EA) tem diversas interpretações, de acordo com o contexto e conforme a influência e a vivência de cada indivíduo. Para muitos, a EA se restringe a desenvolver temas relacionados à natureza, como o lixo, a preservação, as paisagens naturais, os animais, dentro de um caráter basicamente naturalista.

Atualmente, a E A assume um pensamento positivista, tendo em vista um futuro melhor planejado sob uma lógica de desenvolvimento e progresso, buscando um equilíbrio entre o homem e a natureza e tornando a E A uma ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO et. al., 2008).

Foi na Grã-Bretanha, no ano de 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele, o primeiro registro da expressão Educação Ambiental (*Environmental Education*). Desde então o termo passou a ser usado e repensado em esfera nacional e internacional. O caráter crítico, interdisciplinar, ético e transformador da Educação Ambiental foi reforçado através do estabelecimento dos princípios orientadores da Educação Ambiental na I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorrida na Geórgia em 1977. A definição de E A estabelecida neste evento foi a seguinte:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e classificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para atender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (SATO, 2002, p. 23-24)

A EA passou por várias evoluções durante sua história e o momento ainda é de transformação, onde passa de um “conservacionismo extremo” para

uma compreensão mais ampla, agregando qualidade e quantidade nos cenários internacional e nacional. Vem se tornando gradual a percepção mais crítica sobre os elementos naturais e culturais do ambiente, onde surge espaço para a adoção do termo socioambiental, abolindo o antigo paradigma onde meio ambiente era sinônimo de natureza. Sobretudo a EA ainda necessita de um debate sobre suas bases de sustentação (NASCIMENTO et. al. 2008).

A Educação Ambiental tem como objetivo principal, promover um novo sentido ao desenvolvimento através da co-responsabilidade dos indivíduos, destacando cada vez mais a função transformadora que a EA assume. Portanto a Educação Ambiental ainda não é suficiente para mudar o quadro de crescente degradação socioambiental (JACOBI, 2003).

No dizer de Tamaio (2000), se converte em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”.

O educador tem função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumento para o desenvolvimento sustentável de uma prática social concentrada no conceito de natureza (JACOBI, 2003).

A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997).

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pábua e Tabanez (1998), a educação ambiental proporciona aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. A demanda por novos saberes é essencial para que se possa argumentar sobre os processos sociais que se complexificam e os riscos ambientais que se intensificam, tornando cada vez mais desafiador a relação entre meio ambiente e a educação para a cidadania.

Antes de qualquer ação efetiva para uma qualidade de vida baseada em princípios ecologicamente corretos é necessária a conscientização dos seres humanos por meio da Educação Ambiental, para torná-los cidadãos conscientes, críticos e atuantes na sociedade em que vivem, ou seja, protagonistas de suas ações, de seus papéis reais neste mundo, preservando o planeta Terra com vistas ao desenvolvimento sustentável (FREITAS e BEDANI, 2012)

Um conceito sobre desenvolvimento sustentável que traduz o objetivo deste estudo é o de Jacobi (2003, p. 194-195) “o desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica”.

4.3 A educação Ambiental e a Legislação Brasileira

Em abril do ano de 1999, a EA foi regulamentada pela Lei 9.795, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental, tendo sua Diretoria de Educação Ambiental instituída no Ministério do Meio Ambiente (MMA) no ano de 1999, com a finalidade de desenvolver ações a partir das diretrizes definidas pela lei (BRASIL, 1999).

No art. 1º da Lei 9.795 encontramos a definição da EA: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

O Art. 2º traz que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.”

Como preconiza a alínea V do Art. 3º da Lei 9.795, a EA deve fazer parte do mundo organizacional:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

V – Às organizações, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

A EA nas organizações pode se tornar um programa educacional, podendo ser adotada com eficácia e baixos custos através da adaptação conforme a necessidades de cada organização, sendo resolvidos com facilidade desde que haja algum investimento em educação ambiental (VIEIRA, 2003).

Mais que isso a EA promove a mudança de hábitos e atitudes em relação ao meio ambiente de profissionais dentro e fora do ambiente organizacional.

A EA nas organizações tem um papel muito importante, porque desperta cada funcionário para a ação e busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem, principalmente no seu dia-a-dia, no seu local de trabalho, na execução de sua tarefa, portanto onde ele tem poder de atuação para a melhoria da qualidade ambiental ele e dos colegas. Esse tipo de educação extrapola a simples aquisição de conhecimento” (MOTTA, 2003).

Portanto, a EA é uma ferramenta que merece destaque dentro de uma organização, apesar dessa importância, o que acontece na maior parte das vezes é que as atividades de EA desenvolvidas pelas organizações, não passam de programas ambientais que acontecem fora de seus limites, na maior parte das vezes em escolas da sua área de influencia.

Geralmente, as organizações são desprovidas de planejamentos estratégicos, onde aconteça o estabelecimento de metas e objetivos por parte dos membros envolvidos, que acabam sendo realizadas somente por obrigação ou pressão das partes interessadas, como o poder público, na figura dos órgãos de controle ambiental (NASCIMENTO et. al., 2008).

Motta (2014) aponta o caso de as organizações utilizarem a EA somente para o público externo significa que elas ainda não entenderem ou não aprenderam a usufruir dessas ferramentas para o gerenciamento ambiental.

Um programa de Educação Ambiental tem que ser um conjunto de atividades sistematizadas e com a participação ativa dos diversos setores da organização, que auxiliem na elaboração de indicadores ambientais e operacionais que demonstrem não só os benefícios de um programa de Educação Ambiental, e não como um programa isolado de causa nobre, mas distanciado da realidade operacional e ambiental da organização e sempre passível de ser o primeiro item a ser cortado em revisões de orçamento (MOTTA, 2014).

No Rio Grande do Sul, a política de Educação Ambiental é regida pela Lei n.º 11.730, de Janeiro de 2002 a Seção II – Da Educação Ambiental no Ensino Formal (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10) o Art. 12 traz que se entende por Educação Ambiental, no ensino formal, a desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades extracurriculares das instituições escolares públicas e privadas, englobando: (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

I – Educação Básica: (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

a) Educação Infantil; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

b) Ensino Fundamental e suas modalidades; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

c) Ensino Médio e suas modalidades; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

II – Educação Profissional; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

III – Educação Superior. (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

O Artigo 13 desta mesma lei define que a Educação Ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

1º - Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se e como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se o que segue: No Artigo 13 define que a Educação Ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

I – a Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, havendo necessidade de sua integração às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

II – nos cursos de Pós-Graduação, extensão e nas áreas que contemplam aspectos metodológicos da Educação Ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10)

III – em cursos de especialização profissional, em todos os níveis, devem ser incorporados conteúdos que tratem da ética ambiental nas atividades profissionais a serem desenvolvidas; (Redação dada pela Lei n.º 13.597/10) (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

4.4 Tendências da Educação Ambiental

A EA encontra-se em constante movimento dinâmico, os avanços e os recuos das correntes de pensamentos sobre a Educação Ambiental permitem sempre que haja um novo conceito de forma a contribuir com a construção e aprimoramento da Educação Ambiental através da diversidade, garantindo a riqueza da descoberta da própria.

Após a admitir que a EA é realmente um processo educativo, cabe a argumentação sobre qual a base pedagógica que esse processo é conduzido, cabendo aos educandos e educadores refletirem sobre os diversos paradigmas e trabalharem para que aconteçam as mudanças necessárias.

É importante para o processo de implantação de uma gestão socioambiental que a Educação Ambiental seja tratada de forma transversal e interdisciplinar para que haja uma melhoria nos indicadores de performances das empresas, não somente para agregar valor a imagem da corporação

perante consumidores e órgãos fiscalizadores, mas também para que aconteça uma mudança cultural efetiva desde os colaboradores, como também na sociedade em geral.

4.5 Gestão Organizacional

A administração é caracterizada por atos realizados por pessoas que buscam alcançar seus objetivos próprios ou de terceiros (organizações) com a finalidade de alcançar metas traçadas (MAXIMIANO, 2007).

Cabe aos administradores encontrar maneiras de utilização eficaz e eficiente dos recursos materiais e financeiros, bem como a melhor utilização do capital humano das organizações buscando atingir os objetivos organizacionais.

A gestão ambiental empresarial é voltada a qualquer tipo de organização, sendo definida por um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais, que levem em conta a saúde e segurança do pessoal envolvido, bem como a proteção do meio ambiente através da eliminação ou minimização dos impactos decorrentes das atividades realizadas, incluindo todas as fases do ciclo de vida de um produto (BARBIERI, 2007).

A partir de três critérios de desempenho como: eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente, é que a gestão ambiental deve se apoiar a fim de minimizar seus impactos ambientais adversos, maximizar os benefícios e tornar a sociedade mais justa, à medida que geram lucro e riqueza.

Conforme (BARBIERI, 2004, p.110). “Muitos investidores já consideram as questões ambientais em suas decisões, pois sabem que os passivos ambientais estão entre os principais fatores que podem corroer a rentabilidade e a substancia patrimonial das empresas”.

O resultado esperado a gestão ambiental empresarial é que se possa aliar a lucratividade à redução de consumo de energia e recursos naturais.

Para Rocha et. al., (2013) esta nova configuração na gestão das organizações exigem profissionais que sejam capazes de “analisar os processos que precisam ser implementados e as consequências dessas ações para a empresa e sociedade”.

A atuação de um gestor ambiental funcionara a modo de coordenar as ações a serem implementadas, mediando à organização com a comunidade de forma holística a fim de auxiliar na resolução de possíveis problemas que possam vir a acontecer.

4.6 A Educação Infantil no Brasil

Pelo Portal Brasil (2013) estar na escola é um direito de toda criança desde o seu nascimento. Este direito está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e registrado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

No Brasil, a educação infantil, etapa inicial da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos. Na primeira fase de desenvolvimento, dos zero aos três, as crianças são atendidas nas creches ou instituições equivalentes. A partir daí até completar seis anos, frequentam as pré-escolas (PORTAL BRASIL, 2013).

Esta organização reflete uma mudança de concepção acerca das creches. Em vez de serem consideradas como ação de assistência social ou de apoio às mulheres trabalhadoras, estas instituições passam a fazer parte de um percurso educativo que deve se articular com os outros níveis de ensino formal e se estender por toda a vida.

Mas a primeira etapa deste percurso orienta-se não para conteúdos ou o conhecimento formal. Antes de tudo, a educação infantil deve atuar sobre dois eixos fundamentais: a interação e a brincadeira. A proposta pedagógica e as atividades devem considerar estes eixos.

O ambiente escolar também deve refletir esta preocupação. A indicação é que o espaço seja dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (PORTAL BRASIL, 2013).

Não há uma regulamentação específica sobre como devem funcionar as creches, valendo para elas as mesmas diretrizes da segunda etapa da educação infantil. No entanto, a legislação diz que a matrícula só é obrigatória a partir dos quatro anos. Antes disso, a frequência à creche é uma escolha da família e uma oportunidade garantida pelo Estado. Entretanto, o ECA garante que o Estado pode ser acionado judicialmente caso não atenda a demanda existente.

As creches estão vinculadas às normas educacionais do sistema de ensino ao qual pertencem. Devem contar com a presença de profissionais da educação em a LDB, os municípios são responsáveis pela oferta e a gestão da educação infantil. No caso das creches, a legislação permite que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento seus quadros de pessoal e estão sujeitas à supervisão pedagógica do órgão responsável pela administração da educação (PORTAL BRASIL, 2013).

De acordo com gratuito. Para isso, deve ser firmado um convênio ou outro tipo de parceria público-privada entre a Prefeitura e a instituição.

Outra questão importante é o período de atendimento nas creches. No fim de 2011, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu que as creches públicas não devem fechar durante as férias.

Considerando os cuidados específicos desta fase da vida e a importante relação com os demais direitos da infância, o Ministério da Educação elaborou critérios de referência para uma creche que garanta os direitos integrais das crianças.

Estes critérios lembram que as crianças têm direito à brincadeira, à atenção individual, a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante, ao contato com a natureza, a higiene e à saúde, a uma alimentação sadia, entre outros. Também registram que as crianças têm direito a atenção especial nos períodos de adaptação à creche (PORTAL BRASIL, 2013).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O atual trabalho é um estudo sobre as práticas e ações referentes a temática ambiental em escolas municipais de educação infantil no município de São Gabriel/RS, partiu da observações realizadas durante o Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Bacharelado de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Pampa.

Este trabalho relata informações sobre as propostas e as atividades relativas à Educação Ambiental encontradas nos Projetos Políticos Pedagógicos das sete de nove EMEI's do município.

Os PPP's de cada escola foram analisados, utilizando-se os exemplares localizados na SEME nos arquivos da Coordenadoria Pedagógica da SEME.

Durante a análise dos PPP's das sete de nove EMEI's do município, foi analisada a forma de proposta pedagógica, além da análise de quais modelos, meios, recursos e instrumentos referentes à Educação Ambiental são utilizados pelos professores.

Com base nas informações obtidas foi construído o Quadro nº1 "Organização dos Projetos Políticos Pedagógicos das sete EMEI's do município de São Gabriel/RS", divididos em duas categorias: uma referente à forma de proposta pedagógica e a outra referente à presença ou não da Educação Ambiental no PPP das EMEI's.

Quadro 1: Organização dos Projetos Político Pedagógicos das sete EMEI's do município de São Gabriel/RS

ESCOLAS	PRESENÇA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PPP DAS EMEI's	PROPOSTA PEDAGÓGICA VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Escola 1	Encontrado no PPP em um item intitulado "Temas Transversais".	A EA é abordada em forma de projeto "Reduzir, reutilizar e reciclar, brincando para

		preservar”, o objetivo do trabalho é despertar a participação individual e coletiva no cuidado com o meio ambiente, evitando o desperdício através da reutilização e reciclagem de materiais. Este projeto existe desde o ano de 2009 na Escola.
Escola 2	Encontrado no PPP em um item intitulado “Metodologia”.	Apesar de conter no corpo do texto a presença de passeios como feira do livro, campanhas de solidariedade e exposições, a EA não consta de maneira clara e objetiva.
Escola 3	Não consta no corpo de texto do PPP desta Escola qualquer atividade que possa ser entendida como Educação Ambiental.	Nenhuma informação.
Escola 4	Encontrado no PPP em um item intitulado “Plano de direção”.	A Educação Ambiental é trabalhada em forma de Projeto: “Minuano- Música e Dança Interagindo com a Reciclagem.
Escola 5	Não consta no corpo de texto do PPP desta Escola qualquer atividade que possa ser entendida como Educação Ambiental.	Nenhuma informação.
Escola 6	Encontrado no PPP em um item intitulado “Temas Transversais”.	A Educação Ambiental nesta unidade é trabalhada através de brincadeiras, jogos, poesias e leitura de histórias.
Escola 7	Encontrado no PPP em um item intitulado “Temas Transversais”.	A Escola trabalha a Educação Ambiental através das atitudes com formação de valores com ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos. O comportamento ambientalmente correto é abordado na prática do dia-a-dia, como higiene pessoal e gestos de solidariedade.

Fonte: Santos, 2014

Após a análise dos dados observados nos PPP's das escolas, pode-se observar que o panorama da Educação Ambiental nas EMEIs é multifacetado, pois se encontra de forma dispersa e pouco contextualizada em algumas partes dos documentos. Conseqüentemente, na rede de ensino infantil do

município de São Gabriel não há uma efetiva abordagem das questões ambientais contemporâneas. Contudo, algumas escolas apresentaram no plano de trabalho de seus professores ou no projeto político pedagógico alguns pontos sobre perspectivas de EA. Pode-se constatar, a partir do que foi observado, que:

1. Apenas os Projetos Político Pedagógicos das Escolas 1 e 4 apresentam de maneira clara e objetiva projetos e atividades desenvolvidas pelas Escolas, trazendo no PPP a Educação Ambiental de forma lúdica

2. Apesar de constar em seus PPP's, as Escolas 2, 6 e 7 não relatam como são elaboradas e quais são de fato as atividades pertinentes à temática ambiental. Foram encontrados indícios de uma proposta de trabalho voltada a Educação Ambiental, como no PPP da Escola 2 que relata a presença de passeios como feira do livro, campanhas de solidariedade e exposições.

3. Nos PPP's das Escolas 3 e 5 não foram encontrados quaisquer indicação de trabalhos voltados à temática ambiental. Contudo, vale salientar que podem existir atividades desenvolvidas referentes ao meio ambiente e poderão ser encontradas no plano individual de cada professor.

Portanto a observação que pode ser feita através da análise do PPP's até então pesquisados é de que apesar de existir a presença da temática ambiental nos "temas transversais" de três EMEIs, de um modo geral esta abordagem ainda é fraca.

A forma como estas atividades são desenvolvidas ainda não contemplam uma visão ampla e sólida da Educação Ambiental, há apenas alguns indícios desta abordagem nos PPPs das Escolas 1 e 4 que apresentaram um projeto mostrando que além da reciclagem de materiais a musica e a dança também podem se tornar aliados neste processo de aprendizagem. Nestas escolas, o modo de aprendizagem proposto prevê, mesmo que pontualmente, alguns temas de Educação Ambiental.

Nas observações diretas realizadas durante do estágio curricular pode-se perceber que a Educação Ambiental é abordada apenas em atividades pontuais: feiras do livro, passeios, exposições e atividades diárias, a cargo dos próprios professores. Inexistem qualquer forma de atividade planejada ou programada com exceção dos projetos já citados, o que leva a concluir que as EMEI's ainda estão muito longe de discutir a realidade dos problemas ambientais enfrentados hoje.

Para que a Educação Ambiental possa ser adotada, tanto nos PPP's das EMEI's como no plano de trabalho dos professores, propõe-se ações que passam por:

- a) Uma metodologia de execução através da formação dos profissionais envolvidos na educação das escolas, pelo meio de palestras informativas ministradas por especialistas da área ambiental, inserindo a ideia de que a Educação Ambiental é uma definição em evolução e a necessidade da formação da consciência crítica e uma ética de postura em relação ao meio ambiente, possui caráter interdisciplinar.
- b) Abordar a necessidade de se praticar a segregação dos resíduos, inserindo neste contexto a reciclagem e a coleta seletiva de resíduos, tendo como objetivo sua aplicação e difusão a partir da sala de aula, onde a partir daí tanto alunos como professores possam disseminar em suas residências a ideia da reciclagem, fazendo-a um aspecto incorporado ao seu dia a dia. Explicitando a noção de consciência crítica e responsabilidade social em níveis local, regional, nacional.
- c) Levar até o ambiente escolar, através da colaboração e a participação de membros da associação de catadores do município a conceituação dos resíduos sólidos, suas diversas origens, classificação e possíveis destinações finais, assim como os problemas do mau gerenciamento dos mesmos sendo abordados de modo a contribuir com o conhecimento dos professores monitores e funcionários sobre a prática do saneamento básico da sociedade, fazendo com que essa informação chegue até a sala de aula de forma lúdica para os alunos.

- d) Aplicar oficinas que instrumente o processo que pode formar a tomada de consciência pelo educando e comunidade escolar uma consciência sobre as formas de reutilização dos resíduos sólidos e destinação alternativa do resíduo orgânico, usando como ferramenta atividades lúdicas em que os professores e alunos possam desenvolver sua criatividade e conhecimento buscando a interatividade com as praticas de manuseio.
- e) Tornar as EMEI's centros receptores de resíduos sólidos com o objetivo de buscar uma nova solução para os resíduos, firmando parceria com a cooperativa dos catadores da cidade que aproveitam estes materiais transformando-os em novos produtos. Os resíduos que não forem reciclados devem ser reutilizados pelas Escolas. Essa ideia é uma alternativa para que a disposição final dos resíduos sólidos não seja restrita somente ao rejeito, isto é, a parte inaproveitável do resíduo sólido.

Através destas práticas espera-se desenvolver de forma interdisciplinar uma consciência critica e pedagógica sobre o meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade e refletindo em ações futuras que possam melhorar a gestão do Ser Humano com o Meio Ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama construído a partir das propostas de Educação Ambiental presentes nos PPP's das escolas de educação infantil do município de São Gabriel/RS nos leva a concluir que é necessário construir coletivamente uma perspectiva de Educação Ambiental para o município. É importante ressaltar que se devem respeitar as individualidades e peculiaridades de cada escola, pois cada uma está inserida em um contexto diferente. Durante a reconstrução do Projeto Político Pedagógico todos os envolvidos devem ser autores de sua própria proposta de forma a apresentarem metodologias para que o objetivo final possa ser alcançado.

Veiga (1995 p. 13) ressalta:

O Projeto Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva. Por outro lado propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica escolar.

A reconstrução do Projeto Político Pedagógico deve ser um momento de debate e reflexão e é importante que todos possam participar, expondo suas ideias e considerações.

Segundo Libâneo (2004), o Projeto Político Pedagógico de uma Escola deve detalhar objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido por toda a comunidade escolar, expressando a síntese das exigências sociais e legais de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Assim todo o Projeto Político Pedagógico expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modo de pensar e agir das pessoas que participam de sua elaboração, sendo então a expressão da cultura da escola com sua (re)criação e desenvolvimento (QUAL O SIGNIFICADO, 2012, p. 01)

Tendo a visão de que a Educação Ambiental é uma política que resguarda o meio ambiente e o PPP é o projeto que deve viabilizar essas questões, pois onde se trabalha o ser humano, faz-se necessário trabalhar em um processo de construção coletiva. Com isso considera-se que na reformulação dos PPP's das EMEI's do município de São Gabriel a relação Ser Humano/ meio ambiente deve ser percebida como um fator imprescindível para as comunidades escolares.

Com isso, a Educação Ambiental se apresenta como um vetor de transformação social aliada à natureza que tem como principal objetivo atingir a mudança ambiental a partir de uma perspectiva pedagógica focada na mudança ambiental, que por sua vez possui duas vias de acesso – a mudança cultural e a social, e sendo a educação ambiental também um instrumento ideológico de reprodução das condições sociais, faz sentido pensar em tipologias definidoras de modelos de Educação Ambiental que organizem o campo a partir desses elementos discutidos. Considerando as observações realizadas nos PPP's das sete escolas, percebeu-se que ainda está muito longe do ideal o processo de ensino aprendizagem proposto, pois as crianças não possuem estímulo para desenvolver um potencial criativo (LAYRARGUES, 2006).

No entanto, conclui-se que a reconstrução dos Projetos Políticos Pedagógicos das EMEI's do município de São Gabriel deve ser um trabalho de construção coletiva servindo de referencia para um trabalho integrador aliando a prática à teoria. As atividades com enfoque ambiental norteadas no plano de trabalho dos professores, planejadas e desenvolvidas pela escola devem favorecer o dialogo com a comunidade e sua participação, favorecendo ampla discussão a respeito de problemas ambientais em níveis local, regional e global, priorizando o trabalho pedagógico sobre a educação ambiental de forma participativa e associada ao trabalho coletivo.

O papel do Gestor Ambiental na Educação Ambiental é proporcionar à sociedade uma grande diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação, para que possam ampliar a consciência sobre as questões relativas ao meio ambiente. A educação é, na verdade, o caminho imprescindível, se não o meio único de conduzir a população a um grau de

sensibilização que aliará o Ser Humano ao seu ambiente, a sua verdadeira CASA.

7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Sobre a Rio + 20.** Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 18/02/2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 11.730**, de 9 de janeiro de 2002 (atualizada até a Lei nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010). Seção II – Da Educação Ambiental no Ensino Formal. RS, 30 dez. 2010.

FERES, Y.N. e ANTUNES, F.Z. **Gestão Ambiental em instituições de ensino: programa ecoeficiência e sistema de gestão ambiental do SENAC São Paulo.** IX ENGEMA – Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiental, Curitiba 19 a 21 de novembro de 2007, p 1 - 15.

FREITAS & BEDANI, **Mudanças Comportamentais que visam ao Desenvolvimento Sustentável** vol.(5), nº5, p. 1000 – 1003, 2012. Curso de Especialização em Educação Ambiental Guarulhos - Universidade Guarulhos, SP. 2012.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**, Cadernos de Pesquisa, São Paulo-SP, março/ 2003, p. 189-205, n. 118.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão.** In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

LAYRARGUES, P.P; LOUREIRO, C.F.B.; Castro, R.C. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez. p. 72-103. 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A.. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Genebaldo Freire Dias. **Educação Ambiental – Princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992

MOTTA, M. J. **A educação ambiental nas empresas e o sistema de gestão ambiental**. In: TECHOJE – Revista Eletrônica do instituto de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 08 jul. 2003. Disponível em http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/135 acesso em: 29 jan. 2014.

NASCIMENTO, L. F; LEMOS, A. D. C; MELLO, M. C. **A Abordagens relacionadas ao macroambiente Gestão Socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008 v. 1, p. 57 - 85.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

PORTAL BRASIL. **Educação infantil – Creche por Portal Brasil**. Publicado: 03/04/20. Brasil, sobre a Educação Infantil Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/creche> . Acesso em: 19/02/2014.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

ROCHA, J.M. **Sustentabilidade em questão: economia, meio ambiente e sociedade**. Jundia-SP: Paco editorial, 2011.

ROCHA, K.L.S; ROCHA, J.M.; MOURA, N.M.P. Educação Ambiental no Ensino da Matemática: relato de uma experiência com modelagem matemática no ensino básico. In: ROSA, M.B e PALMA,G.B. **Meio ambiente a importância da interdisciplinaridade na formação de um novo profissional**.Saarbrücken-AL,Verlag Editora, v.1,p. 216-238, 2013.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

TAMAIIO, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza**. Campinas, (Dissertação de Mestrado) FE/Unicamp. 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **QUAL O SIGNIFICADO e a importância do projeto político-pedagógico na escola?** Publicado em: 2012. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14550&chapterid=10905> > Acesso em: 18/02/2014.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VIEIRA, L. R. S. **O Papel da educação ambiental em empresas**. TECHOJE: Revista Eletrônica do Instituto de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 08 jul. 2003.